



**PRÉFET
DE LA RÉGION
GUYANE**

*Liberté
Égalité
Fraternité*

**Conselho marítimo ultrama-
rino da Guiana Francesa**

**VERSÃO 3.0
ABRIL DE 2**

Documento estratégico da bacia marítima da Guiana Francesa

Síntese – Abril de 2023

Preâmbulo : Estrutura de desenvolvimento de elaboração do DSBM

I. Contexto

1. QUADRO NACIONAL E EUROPEU DE POLÍTICA MARÍTIMA

A política marítima da França é coordenada, sob a autoridade do Primeiro Ministro, pela Secretaria Geral do Mar (SGMer), criada pelo Decreto nº 95-1232 de 22 de novembro de 1995.

O Conselho Nacional do Mar e dos Litorais (CNML), constituído em 2013, está associado à elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional do Mar e dos Litorais (SNML). Este é o documento de referência para a proteção do ambiente, a valorização dos recursos marinhos e a gestão integrada e concertada das atividades relacionadas com o mar e o litoral.

A nível europeu, a Comissão Europeia adotou em 2007 a “Política Marítima Integrada para a UE” (PIM). Esta política estabelece o quadro para o desenvolvimento econômico sustentável da política marítima europeia baseando-se no planejamento do espaço marítimo e gestão integrada da zona costeira, no conhecimento marinho e na vigilância marítima integrada.

A França optou por cumprir as obrigações de transposição das duas diretivas-quadro europeias seguintes no âmbito dos documentos estratégicos de fachadas (DSF), elaborados à escala das fachadas metropolitanas. Estas duas diretivas não se aplicam aos departamentos e territórios ultramarinos, mas servem de enquadramento para a implementação da gestão integrada do mar e do litoral:

- a diretiva 2008/56/EC de 17 de junho de 2008, conhecida como a diretiva-quadro “estratégia do ambiente marinho”, que visa alcançar ou manter o bom estado ecológico dos ambientes marinhos até 2020;
- A Diretiva 2014/89/UE de 23 de julho de 2014, conhecida como diretiva-quadro do “Ordenamento do Espaço Marítimo”, que estabelece um enquadramento para o ordenamento marítimo e obriga os Estados Membros a coordenar as várias atividades no mar.

2. PERÍMETRO DE APLICAÇÃO

A implementação da estratégia nacional incide sobre as áreas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional, o espaço aéreo sobrejacente, os fundos marinhos e o subsolo do mar (artigo L. 219-1 do código do ambiente).

Do lado terrestre, o limite de aplicação do DSBM não é fixo. O perímetro terrestre corresponde às atividades localizadas no território das regiões administrativas costeiras e com impacto nas áreas marítimas. A profundidade do perímetro terrestre varia de acordo com a atividade estudada.

3. ÂMBITO LEGAL DO DOCUMENTO

A oponibilidade do documento estratégico da bacia marítima está definida no artigo L. 219-4 do Código do Ambiente e na Portaria n.º 2020-745, de 17 de junho de 2020, relativa à racionalização da hierarquia das normas aplicáveis aos documentos de urbanismo. Os planos, programas e regimes relativos às atividades exclusivamente localizadas em zonas marítimas, ao regime de desenvolvimento do mar, ao regime regional de desenvolvimento da aquicultura e aos documentos urbanísticos, devem ser compatíveis com os objetivos e disposições do documento. Os demais planos e programas, quando susceptíveis de terem efeitos significativos no mar, têm em consideração o DSBM. Da mesma forma, todos os projetos relativos a atividades com impacto

direto ou indireto na bacia marítima devem ser compatíveis com as orientações do documento estratégico.

II. Elaboração

4. CONSELHO MARÍTIMO ULTRAMARINO

Um conselho marítimo ultramarino (CMU) é criado para cada bacia. É um instância de governança cuja missão é definir uma estratégia marítima e emitir recomendações sobre todas as questões relacionadas com o mar e o litoral a nível regional, incluindo as águas sob soberania ou jurisdição francesas. Tem em conta as especificidades estatutárias e as questões próprias de cada território que integra a bacia marítima (artigo R219-1-15 do código do ambiente).

Na Guiana, o conselho marítimo ultramarino foi criado por decreto municipal de 19 de janeiro de 2015; sua composição foi renovada por decreto de 24 de novembro de 2020. É presidido pelo prefeito* da Guiana ou seu representante.

O CMU tem 42 membros, divididos em seis colégios:

- colégio de representantes do Estado e seus estabelecimentos públicos;
- colégio de representantes de coletividades territoriais e seus agrupamentos;
- colégio de empresas presentes na bacia, cuja atividade se relacione com a exploração ou uso direto do mar ou do litoral;
- colégio de representantes dos sindicatos de trabalhadores cujas atividades tenham ligação direta com a exploração ou uso do mar ou do litoral;
- colégio de associações, fundações de proteção do ambiente costeiro ou marinho e usuários do mar ou do litoral;
- colégio de pessoas qualificadas que são representativas em particular do mundo científico.

O CMU deve permitir o desenvolvimento de uma política integrada do mar e da costa na Guiana Francesa. Em particular, é responsável pela elaboração do documento estratégico da bacia marítima. Para isso, o Código do Meio Ambiente institui uma comissão, conhecida como "documento estratégico da bacia marítima", composta pela reunião do colégio de representantes do Estado e seus órgãos públicos e do colégio de representantes das coletividades territoriais e seus agrupamentos.

A secretaria do Conselho Marítimo Ultramarino da Guiana Francesa é assegurada pela Direção-Geral dos Territórios e do Mar (Direção do Mar, Litoral e Rios).

5. CONTEÚDO DO DOCUMENTO ESTRATÉGICO DA BACIA MARÍTIMA

O conteúdo do documento estratégico da bacia marítima é regido pelo artigo R. 219-1-23 do código do ambiente. Declina, à escala da bacia, as orientações da estratégia nacional para o mar e litoral, com base num inventário das atividades e interesses socioeconômicos e ambientais.

O DSBM integra assim uma componente estratégica, definindo os desafios para a bacia e os objetivos socioeconômicos e ambientais a atingir, e uma componente operacional, cujas medidas organizam a gestão integrada e sustentável do mar e da costa, bem como a monitorização permitindo a avaliação do plano de ações.

O DSBM é composto por três partes, acompanhadas de anexos:

- Parte 1. a situação do existente, os desafios e uma visão para o futuro da fachada desejada em 2030; o relatório completo da situação do existente é fornecido no anexo 1.
- Parte 1. a definição de objetivos estratégicos, do ponto de vista econômico, social e ambiental e indicadores associados;
- Parte 2. uma implementação operacional, através de um plano de ação e métodos para avaliar a implementação do documento estratégico.

III. Calendário



O desenvolvimento do documento estratégico da bacia marítima da Guiana foi lançado durante a primeira sessão plenária do conselho marítimo ultramarino em abril de 2015. Começou com a realização da situação dos existentes no perímetro da bacia. Este estudo foi produzido pela Centro de estudos e expertise em riscos, meio ambiente, mobilidade e planejamento (CEREMA) em 2018, e atualizado para consulta em 2021.

O conselho marítimo ultramarino reuniu-se em seminários de trabalho para discutir as questões e objetivos a serem adotados para a bacia da Guiana até 2030. Os grupos de trabalho abordaram os assuntos tematicamente, então as propostas de cada grupo foram reorganizadas para serem apresentadas de acordo com os quatro primeiros temas da estratégia nacional referida no artigo R. 219-1-1 do código do ambiente.

A componente estratégica do DSBM foi objeto de consulta pública durante um mês em novembro de 2021 e os objetivos foram adaptados em conformidade. Os objetivos foram então desdobrados em ações para implementar o DSBM de maneira operacional.

A avaliação ambiental é uma abordagem decorrente da diretiva n.º 2001/42/CE, de 27 de junho de 2001, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no meio ambiente. Ocorre ao longo do desenvolvimento do documento estratégico da bacia marítima, de forma a avaliar os efeitos previsíveis deste plano no ambiente e propor medidas corretivas.

O projeto DSBM completo foi validado em sessão plenária da CMU em 08/09/2022; os documentos são submetidos à consulta institucional e disponibilizados ao público, antes de sua aprovação final pelo conselho marítimo ultramarino. O DSBM será aprovado pelo Prefeito

Parte 1 : Situação do existente

I. Balanços e desafios

1. APRESENTAÇÃO GERAL DA BACIA MARÍTIMA DA GUIANA FRANCESA

O território da Guiana Francesa se estende por aproximadamente 84.000 km². A Guiana é uma das regiões ultraperiféricas da União Europeia (UE): aplica-se o direito comunitário com medidas de adaptação.

Os limites marítimos da Guiana são mapeados pelo SHOM. A bacia marítima da Guiana Francesa estende-se até ao limite da zona económica exclusiva, com uma área de 122.000 km², e ao nível da extensão da plataforma continental no que diz respeito à exploração dos recursos terrestres e subterrâneos.

A Guiana Francesa tem 13 *communes* (municípios) costeiras na acepção do Código Ambiental (artigo L.321-2). Em 1º de janeiro de 2019, a Guiana tinha 283.540 habitantes, 84% dos quais vivem em municípios costeiros.

A Guiana é um território pouco antrópico no seu conjunto, e esta especificidade guianense encontra-se no litoral: quase três quartos da faixa costeira guianense é coberta por florestas ou ambientes seminaturais, com praias, manguezais e pântanos. No entanto, a artificialização está crescendo. Com efeito, o crescimento da população anda de mãos dadas com a urbanização, o desenvolvimento de projetos rodoviários, a extensão da agricultura e projetos energéticos.

A divisão administrativa da Guiana Francesa está intimamente ligada às unidades hidrográficas. De fato, devido à sua posição na zona climática equatorial úmida, a Guiana possui uma rede hidrográfica particularmente densa. As bacias hidrográficas geralmente constituem os limites dos municípios. Os hidrossistemas transfronteiriços são lugares de vida, produção e trocas propícios à construção de uma verdadeira identidade cultural ligada aos rios. A geografia da Guiana, portanto, torna inseparáveis as questões fluviais e marítimas.

A hidrografia é um marcador revelador do caráter da fachada litorânea da Guiana Francesa. Existem duas hidroecorregiões:

- o Planalto das Guianas: região com densa rede hidrográfica sob floresta equatorial, independente de movimentos da maré, desenvolvendo-se sobre rochas impermeáveis muito erodidas,
- a planície costeira: um litoral de grande heterogeneidade, com numerosas zonas húmidas e sedimentos recentes.

A Guiana Francesa tem uma fachada marítima voltada para o nordeste de aproximadamente 350 km. Faz parte de um vasto planalto litorâneo lamacento de 1.600 km que se estende desde a foz do Amazonas, a leste, até a do Orinoco, a oeste.

O litoral da Guiana Francesa é palco de uma dinâmica muito ativa, marcada pela alternância sucessiva de fases de sedimentação e erosão. A hidrodinâmica e a dinâmica sedimentar remodelam constantemente o ambiente costeiro da Guiana Francesa através da migração de bancos de lama, que atuam como uma zona tampão entre o ambiente marinho e a costa.

2. A GUIANA FRANCESA NO AMBIENTE REGIONAL

A Guiana Francesa faz parte da unidade geográfica do Planalto das Guianas, que se estende do Amazonas ao Orinoco. No mar, as águas são influenciadas pelo Amazonas, cujos sedimentos são transportados pela Corrente Norte do Brasil. A Guiana, portanto, compartilha um contexto geográfico semelhante com seus vizinhos, o estado do Amapá (Brasil) a leste e o Suriname a oeste.

Sendo a Guiana Francesa uma região ultraperiférica (RU) da União Europeia (UE), diferencia-se dos demais países da grande região, que aderem a diversas organizações às quais a Guiana não está – ainda não – integrada, como CARICOM, Comunidade do Caribe, e MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. Mais localmente, a Guiana Francesa mantém intercâmbios diplomáticos com os países vizinhos por meio de instâncias de diálogo como a comissão mista transfronteiriça e os conselhos fluviais. Em relação ao meio marinho, a França participa da Comissão de Pesca do Atlântico Centro-Oeste (COPACO), que abrange todo o Caribe até a costa nordeste do Brasil.

O Suriname ainda não possui um documento de planejamento marítimo, mas possui planos setoriais: plano de gestão pesqueira (2021-2025), plano nacional de adaptação às mudanças climáticas (2019-2029), estratégia nacional de biodiversidade e plano de ação associado (estratégia 2006, revisão em andamento). Em 2017, o WWF Guianas, o Green Heritage Fund Suriname, a Comissão de Áreas Protegidas da Guiana (PAC) e a Divisão de Conservação da Natureza (NCD) do Serviço Florestal do Suriname lideraram um projeto financiado pela UE para melhorar a governança e a proteção dos recursos marinhos e costeiros na Guiana e no Suriname, por meio de um enfoque participativo.

No Brasil, a Comissão Interministerial de Recursos Marinhos (CIRM) coordena as ações relacionadas à política nacional de recursos marinhos, para a qual elabora programas plurianuais, incluindo o plano setorial de recursos marinhos (PSRM), o plano nacional de manejo (PNGC) e o plano de levantamento da plataforma continental (LEPLAC). O planejamento marítimo da “Amazônia Azul” deve responder aos desafios globais de conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (ODS14).

3. PESCA ILEGAL ESTRANGEIRA, UMA GRANDE PROBLEMATICA D

A pesca ilegal é realizada por embarcações do Suriname, Brasil, Guiana, ou embarcações ilegais, ou seja, sem bandeira, que exploram a ZEE francesa sem autorização, causando danos econômicos e ambientais significativos à Guiana Francesa.

O combate à pesca ilegal é a prioridade das administrações que contribuem para a Ação do Estado no mar, e representa mais de 80% dos relatórios elaborados. Esses esforços ajudam a conter a pesca ilegal, que, no entanto, continua em alto nível.

Novos eixos estratégicos são o objeto de trabalho no sentido de melhorar a eficiência do dispositivo, na operacionalidade dos meios náuticos, no reforço dos meios de detecção e identificação, na rede territorial, na apropriação da ZEE por armadores e navios guianenses e no sistema diplomático.

Além disso, durante a Cúpula Mundial do Oceano em 11 de fevereiro de 2022, o Presidente da República anunciou o compromisso da França em fortalecer a luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU). O Secretário-Geral do Mar (SGMER) tem a missão de coordenar o desenvolvimento de uma estratégia global de combate à pesca IUU. Nesse contexto, foi criado um grupo de trabalho interministerial específico para a Guiana Francesa para identificar alavancas de ação para reduzir a pesca INN ao longo de quatro anos.

4. A PROTEÇÃO DE AMBIENTES, RECURSOS, EQUILÍBRIOS BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS, BEM COMO A PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS, PAISAGENS E PATRIMÔNIO

Habitats e espécies marinhas e costeiras

No mar, os habitats são majoritariamente compostos por substratos moles (lama, areia fina, areia, areia grossa), uma superfície muito pequena de substratos duros constituídos por leitos rochosos (fundos rochosos e à volta de ilhas) e mais ao largo de antigos recifes calcários. Os habitats rochosos da Guiana são os únicos na Planície da Guiana entre o Orinoco e o Amazonas. São ainda particularmente pouco conhecidos, principalmente do ponto de vista das espécies que aí se desenvolvem e das ameaças que aí pesam.

Perto da costa, a diversidade de habitats e espécies é única devido à situação da costa da Guiana Francesa na pluma de água doce e turva do rio Amazonas, formando um contínuo ecológico até o seu estuário. O ecossistema longe da costa abriga uma diversidade relativamente alta de cetáceos, todos protegidos nacionalmente. A fauna bentônica é rica, mas difícil de identificar. Outros ecossistemas devem ser considerados, como o recife amazônico, explorado em 2017 e 2019, no qual foi observada uma riqueza notável e particular.

A orla costeira é majoritariamente ocupada por zonas húmidas, largamente dominadas por pântanos e mangais, ecossistemas únicos cujas interações são ainda muito pouco conhecidas, com efeitos nos usos, recursos pesqueiros e ordenamento do território. O funcionamento ecológico do mangue e seu papel no armazenamento de carbono (muito mais importante que a floresta) também são pouco compreendidos. A Guiana Francesa abriga 70% dos manguezais franceses. Os estuários são ambientes especiais, na interface entre o ambiente marinho e o ambiente fluvial

Os ambientes costeiros são ricos em biodiversidade; eles hospedam muitas espécies, às vezes endêmicas. Os lodaçais, lagoas e pântanos são o ápice de passagem para muitas espécies de aves migratórias, originárias tanto do continente norte-americano quanto da Sudamérica. As praias da Guiana Francesa estão entre os locais mais importantes do mundo para a desova de tartarugas marinhas. As zonas húmidas são excepcionais para a vida selvagem: presença de peixes-boi, ariranhas, jacarés, rica avifauna... O funcionamento hidrológico destas zonas húmidas é, no entanto, pouco conhecido. Também estão em andamento experimentos para definir as zonas úmidas da Guiana Francesa, segundo critérios de solo e vegetação.

As áreas marinhas protegidas da bacia marítima da Guiana Francesa cobrem 0,61% da área de águas sob jurisdição francesa. Eles incluem 3 reservas naturais nacionais com uma parte marinha, 3 áreas úmidas de importância internacional (Ramsar), 3 áreas especialmente protegidas da Convenção de Cartagena e sítios do Conservatório do Litoral, que se sobrepõem:

- a oeste, o sítio de Basse Mana (zona RAMSAR), com a reserva natural de Amana (também o local da Convenção de Cartagena);
- em Sinnamary, o conjunto formado pelo estuário do rio Sinnamary, o pântano (pripri) Yiyi e a pista de Anse (sítio RAMSAR e domínio do Conservatório do Litoral);
- no leste, os pântanos de Kaw-Roura e a Ilha Grand Connétable (duas reservas naturais que também são locais da Convenção de Cartagena, zona RAMSAR. Desde 2020, a Reserva Natural da Ilha Grand-Connétable também está listada na Lista Verde da IUCN).

Pressões sobre os ecossistemas

O litoral da Guiana Francesa concentra a grande maioria da população e, portanto, as atividades antrópicas, gerando degradação e poluição (tratamento de águas residuais, atividades industriais e agrícolas, poluição relacionada ao transporte, impermeabilização do solo, etc.).

De acordo com o inventário da bacia da Guiana Francesa, 57% dos corpos d'água costeiros estão em muito boas condições ecológicas e 34% em boas condições; 70% estão em boas condições químicas.

Os resíduos plásticos das atividades humanas provenientes da terra, bem como as redes e objetos de pesca perdidos ou abandonados no mar têm um impacto considerável nos ecossistemas e nos organismos marinhos. Eles estão entre as principais ameaças à biodiversidade marinha da Guiana Francesa.

A poluição marinha por navios é listada pelo Centro Operacional Regional de Vigilância e Resgate (CROSS) Antilhas-Guiana. Muito poucos casos são registrados na zona da Guiana Francesa.

Sítios, paisagem e patrimônio

A paisagem, desde o espaço marcante ao da vida cotidiana, contribui para a qualidade de vida das populações. É também uma questão de atratividade e um elemento decisivo do processo de desenvolvimento territorial. Várias ferramentas e abordagens foram implementadas, tanto para melhorar o conhecimento das paisagens quanto para definir objetivos de qualidade da paisagem. A Guiana Francesa adotou, assim, em 2009, um atlas paisagístico, enriquecido em particular por um observatório fotográfico de paisagens.

O litoral é composto por várias entidades paisagísticas: as montanhas e pântanos do leste da Guiana Francesa – mosaicos costeiros alternando ambientes abertos e fechados, paralelos ao litoral – a planície espacial de Kourou – a ilha de Caiena, combinando naturalmente quase todas as características das paisagens guianenses – os arrozais de Mana – as ilhas e ilhéus, constituindo paisagens por completo e que ecoam o oceano com as montanhas arborizadas que pontuam o litoral.

Esses espaços também possuem **um patrimônio histórico e arquitetônico único**, vinculado a diferentes épocas: vestígios ameríndios, rochas gravadas pré-colombianas, vestígios de habitações coloniais, vestígios de prisões, patrimônio industrial etc.

Em termos de **política de sítios**, estes situam-se majoritariamente no litoral: a Guiana Francesa tem dois sítios classificados, entre os quais um na zona costeira (sítio Vidal-Mondelice, classificado em 2016), e 14 sítios tombados, 10 dos quais no litoral (incluindo ilhas e ilhéus), cobrindo uma área de quase 3.000 hectares.

5. PREVENÇÃO DE RISCOS E GESTÃO COSTEIRA

Riscos naturais

O contexto hidrossedimentar submete o litoral a **fenômenos de erosão-acreção muito significativos** sob a influência da passagem sucessiva de bancos de lama oriundos da descarga sedimentar do rio Amazonas para o Oceano Atlântico. As alterações na linha de costa podem atingir até 6 km em 50 anos em determinados setores com variações anuais entre 100 e 300 m por ano. Os municípios de Kourou, Awala-Yalimapo e Ilha de Caiena são particularmente afetados por fenômenos de erosão. Nestes municípios são estabelecidos **Planos de Prevenção de Riscos Costeiros** (PPRL) para regular a urbanização e a atuação em áreas de risco. Um **Observatório de Dinâmica Costeira** (ODyC) é dedicado à aquisição, capitalização, compreensão e aprimoramento de dados sobre a dinâmica costeira em todo o litoral da Guiana Francesa.

Alterações Climáticas

As previsões do grupo de experts Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foram refinadas na escala da Guiana Francesa (estudo GuyClimat). As projeções são baseadas em dois cenários (cenário mediano e cenário pessimista) que descrevem as mudanças climáticas futuras; eles preveem, entre outras coisas, uma elevação do nível do mar de 24 a 28 cm em 2050 e de 54 a 84 cm em 2100 e um aumento nas áreas afetadas pela submersão crônica.

Estes desenvolvimentos terão **consequências, por um lado, nos riscos costeiros** (aumento da intensidade dos perigos de erosão costeira e inundações marinhas e impactos na velocidade dos

bancos de lama e na ciclicidade dos fenômenos de erosão-acreção) e, **por outro lado, nos recursos haliêuticos** (modificações no habitat dos peixes e, portanto, no seu crescimento, reprodução e metabolismo).

Riscos tecnológicos

Os riscos tecnológicos estão particularmente concentrados na bacia marítima da Guiana, nos municípios de Kourou e Caiena, relacionados com a atividade espacial. Os depósitos de petróleo da SARA e o transporte de mercadorias perigosas (TDG), seja rodoviário, fluvial, marítimo ou canalização, também estão entre os riscos industriais.

Na costa da Guiana Francesa, existem 104 instalações classificadas para a proteção do meio ambiente (ICPE), incluindo 4 instalações classificadas como Seveso limite baixo e 18 instalações classificadas como Seveso limite alto.

Riscos sanitários

Os riscos sanitários no litoral estão relacionados, sobretudo, com a qualidade das águas balneares, para banho, **globalmente insuficientes nos locais controlados pela ARS.**

Por vários anos, um fenômeno de encalhe de sargaços foi observado no arco do Caribe e, em menor grau, na Guiana Francesa. A acumulação maciça destas algas nas praias pode ser fonte de riscos para a saúde humana e dos animais domésticos pela produção de sulfureto de hidrogênio durante a sua degradação. O sargaço também tem um impacto negativo na atividade pesqueira ao causar entupimento nas redes e frear a desova das tartarugas marinhas.

Segurança marítima

Na Guiana Francesa, a segurança marítima é de responsabilidade do Prefeito (Préfet), **delegado do Governo para a Ação Estatal no Mar** (DDG AEM), coadjuvado nessa função pelo **Comandante da Zona Marítima**. O DDG AEM possui o sistema marítimo ORSEC, que determina a organização geral de resgate e intervenções no mar na área marítima francesa de responsabilidade e define os procedimentos para direcionar as operações na luta contra a poluição marinha, busca e salvamento no mar e assistência a embarcações em dificuldade.

O inspetor do **Centro de Segurança de navios** (CSN) gerencia principalmente os navios operados na Guiana Francesa. Também fiscaliza os navios estrangeiros que fazem escala nos portos locais para verificar o cumprimento das exigências dos códigos internacionais vigentes.

A segurança marítima é assegurada pelo **Centro Operacional Regional de Vigilância e Resgate nas Antilhas Marítimas-Guiana**. Pode implementar e coordenar as unidades de emergência adequadas, recorrendo em especial a todos os meios disponíveis na área, privados ou estatais. O CROSS Antilles-Guyane também tem a missão de monitorar a navegação comercial, o serviço de assistência marítima e a distribuição de boletins meteorológicos locais.

A pesca profissional ocupa uma parte importante das operações de socorro e salvamento devido à preponderância desta atividade nas águas da Guiana.

6. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS, MARÍTIMAS E LITORÂNEAS E A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS MINERAIS, BIOLÓGICOS E ENERGÉTICOS

Pesca e aquicultura

Em 2019, a Guiana contava com **372 marinheiros pescadores, 85% dos quais eram de nacionalidade estrangeira**. Estão presentes três frotas principais: uma frota industrial de arrastões congeladores de camarão (13 embarcações), uma frota de corricos venezuelanos sob licenças comunitárias (45

corricos) e uma frota artesanal de embarcações com menos de 12 m (113 embarcações utilizando principalmente redes de pesca).

O setor pesqueiro é o **terceiro setor de produção e exportação** atrás do setor espacial e do setor de mineração, ocupando assim um lugar de destaque na economia da Guiana Francesa.

Enquanto a pesca de camarão e pargo está ligada à ilha de Caiena (porto de Larivot), a pesca costeira, por outro lado, é praticada em todo o litoral da Guiana Francesa e dez pontos de desembarque são listados de oeste a leste. Os portos em operação **não dispõem de infraestruturas de desembarque adequadas** apesar dos fundos europeus e estatais disponibilizados para o efeito (falta de ponto de pesagem, máquina de gelo, etc.). Fora da Ilha de Caiena, máquinas de gelo foram instaladas recentemente em Sinnamary e Saint-Georges.

O principal ponto de venda do pescado desembarcado na Guiana é o MIR (mercado de interesse regional) em Caiena. Foi criado um **mercado de peixe** (leilão), contíguo ao MIR. O **processamento** de frutos do mar na Guiana ainda é em sua maioria artesanal.

O setor da **aquicultura** permanece embrionário (aquicultura de água doce).

Não há estabelecimento de **formação profissional marítima** na Guiana. As necessidades de formação profissional marítima são, no entanto, reais nos sectores da pesca, transportes, comércio e náutica.

Embora a área seja relativamente conhecida por amadores em todo o mundo, a **pesca recreativa** conhecida como pesca esportiva é pouco estruturada na Guiana Francesa. A **pesca de subsistência** também é praticada por diferentes comunidades. Essas práticas estão atualmente mal documentadas. A pesca costeira é praticada principalmente nas praias de Kourou, Cayenne e Rémire-Montjoly. A pesca a bordo concentra-se em três locais no mar: as Îlets de Rémire, as planícies de Connétable onde as capturas são maiores e as Îles du Salut. A pesca em pontes e pontões é muito comum na Guiana Francesa

Os recursos pesqueiros da Guiana Francesa não parecem ameaçados, mas a falta de conhecimento significa que o risco de superexploração não pode ser evitado. As variações ambientais devido às mudanças climáticas impactam os recursos pesqueiros, que também estão sob forte pressão da pesca ilegal estrangeira.

A pesca ilegal é um grande problema na Guiana Francesa. As áreas transfronteiriças estão sujeitas a incursões de embarcações estrangeiras que vêm pescar sem autorização em águas francesas, com artes de pesca que não cumprem as normas. O último estudo sobre a estimativa da pesca ilegal estrangeira data de 2012; e avaliou, segundo várias hipóteses, uma produção ilegal 1,4 a 3 vezes maior que a pesca legal.

Navegação de recreio e atividades náuticas

A navegação de recreio é subdesenvolvida e concentra-se em torno de três portos em Rémire-Montjoly (que será transferido para Roura), Kourou, Saint-Laurent du Maroni e Îles du Salut. Em 2020, 2.908 embarcações de recreio foram registradas na Guiana, incluindo 150 veleiros e 2.541 navios a motor.

Les principales activités de tourisme et de plaisance se situent sur la presqu'île de Cayenne et à Kourou, ainsi que dans les îles (voile, motonautisme, sports de glisse, kayak et canoë, plongée sous-marine...).

Portos comerciais, cruzeiros e redes marítimas

A Guiana tem três portos comerciais. Os portos de Dégrad des Cannes (DDC) em Rémire-Montjoly e de Pariacabo em Kourou são administrados desde 2013 pelo Grand Port Maritime de la Guyane (GPMG). As instalações de Pariacabo são usadas principalmente para as necessidades do Centro Espacial da Guiana (CSG) e da Société Anonyme de la Raffinerie des Antilles (SARA). O porto da DDC é o principal porto comercial da Guiana Francesa por onde transitam 95% dos produtos importados para consumo local. O porto do Oeste foi descentralizado em 2009 para a comunidade de comunas do oeste da Guiana Francesa. As atividades do porto de Saint-Laurent du Maroni são

orientadas para o rio e a navegação interior para o porto de catraia e a rampa de lançamento do ferry internacional, e para o mar para o cais comercial onde transitam aproximadamente 25.000 T de mercadorias por ano. O serviço marítimo é prestado por diversas linhas regulares, que transportam mercadorias em contêineres, veículos, granéis sólidos ou líquidos da Europa, Antilhas Francesas e Port of Spain (Trinidad-e-Tobago) e Haiti a partir do porto do Oeste.

No campo dos cruzeiros, o porto de Dégrad des Cannes recebe de um a dois navios por ano. As Îles du Salut receberam 15 escalas em 2019. O projeto de desenvolvimento de uma oferta de cruzeiros no porto ocidental depende do programa de dragagem.

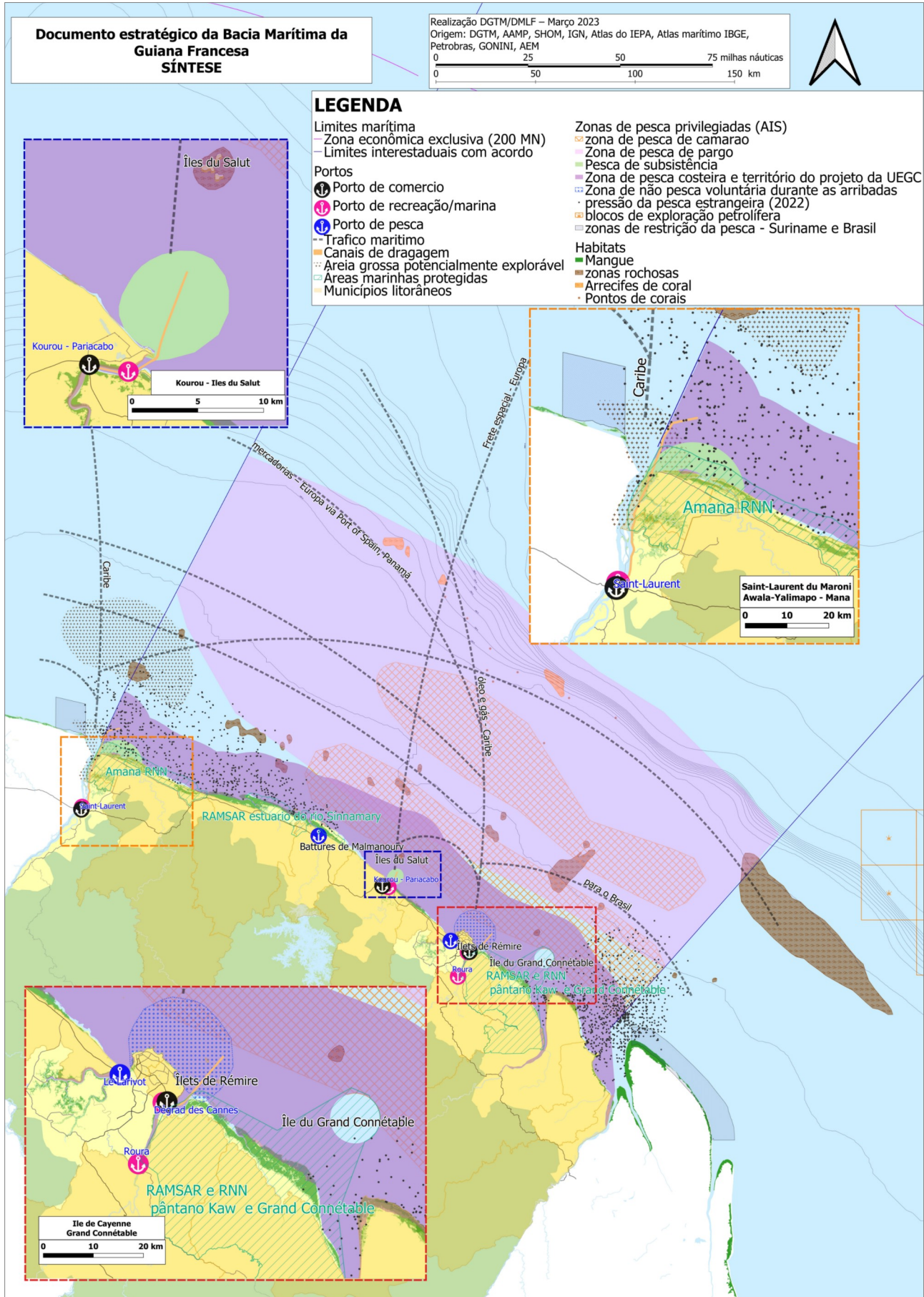
Equipamentos para manutenção, carenagem e reparo de navios são inexistentes na Guiana Francesa ou disfuncionais (apenas uma área de carenagem, no porto de Larivot). Não existe um setor estruturado para o tratamento de resíduos de navios, incluindo a recuperação de óleos e anti-incrustantes. Por fim, não existe formação profissional para ofícios marítimos (navegadores, manobras, reparação, etc.), e a formação não é adequada para trabalhadores estrangeiros.

Recursos minerais

Na Guiana, o recurso areia está se tornando escasso devido à dificuldade de acesso a novas jazidas, às restrições ambientais que pesam sobre o recurso e às necessidades crescentes. O desenvolvimento antropogênico cria pressão sobre o recurso, devido aos grandes volumes de areia e agregados que lhe são necessários, e tem um forte impacto em habitats terrestres ecologicamente sensíveis, como as florestas de areia branca, sobre as quais existe uma ordem de proteção de biótipo (APB). O recurso à utilização da areia do mar poderá assim ser encarado a médio ou longo prazo como complemento ou substituição da produção das pedreiras terrestres do litoral. Dois setores foram identificados no estuário do Maroni onde o recurso de areia poderia ser potencialmente explorado. Estudos adicionais são necessários para especificar o potencial explorável mais ao largo, bem como os impactos e a reconstituição dos estoques (insumos pelos rios, etc.).

Energias marinhas renováveis (EMR)

O potencial de MRE é atualmente pouco conhecido, independentemente da tecnologia utilizada (maremotriz, marés, ondomotriz, térmica, osmótica, eólica ou solar). As perspectivas de exploração precisam ser especificadas devido a fatores ambientais penalizadores (dependendo da tecnologia usada; o uso de correntes marítimas pode ser interessante) e o tamanho crítico a ser alcançado para ser economicamente aceitável. Os impactos no ambiente podem ser significativos, por exemplo o impacto das turbinas eólicas sobre as aves marinhas. O estudo ADEME 2020 Rumo à autonomia energética em áreas não interconectadas na Guiana Francesa descreve hipóteses de desenvolvimento para os setores de turbinas eólicas offshore e marinhas de marés dentro de um cenário otimista, com prazo de 2030, mas não leva em conta a viabilidade dos projetos.



II. Futuro desejado para a bacia

A situação atual da bacia da Guiana Francesa permitiu trazer à tona questões ecológicas e socioeconômicas de interesse de todos os setores marítimos. Com base nisso, os atores da consultoria marítima ultramarina expressaram o futuro desejado para a bacia até o horizonte de 2030.

Em 2030, os atores da bacia trabalham de forma otimizada graças à coordenação de um balcão único; os interlocutores e suas responsabilidades são claramente identificados, as informações são compartilhadas entre todos e os resultados dos estudos realizados no território são publicados. Os atores usam especialistas locais, que conhecem o território, para qualquer missão de estudo ou para desenvolver os projetos. A bibliografia existente é explorada e o acesso aos dados já produzidos beneficia o território e os agentes econômicos. A implementação de projetos é simplificada. Isto permite uma melhor compreensão e integração das questões ambientais, e uma melhor aceitação dos condicionalismos a respeitar para assegurar um bom estado do ambiente marinho e das suas espécies emblemáticas. As gerações futuras têm o significado e a cultura do mar, querem preservá-lo para dele viver.

Em 2030, controles reforçados coordenados com os Estados vizinhos permitirão conter a pesca ilegal, que ameaça a pesca guianesa e a gestão adequada dos recursos pesqueiros. O setor pesqueiro é administrado em cooperação com os estados do norte do Brasil, Suriname e Guiana, que compartilham os mesmos estoques pesqueiros; é uma necessidade de equilíbrio entre frotas e recursos. O futuro da pesca depende da renovação da frota, da instalação de equipamentos adequados e de uma organização de produtores que apoie eficazmente o desenvolvimento econômico do setor, respeitando o ambiente e os equilíbrios biológicos. Em 2030, o setor tornou-se atrativo graças aos cursos de formação implementados e mantidos. Os mercados são diversificados e os produtos processados são valorizados tanto localmente quanto para exportação.

Em 2030, as colaborações se desenvolveram na escala do Planalto das Guianas, particularmente no tema da biodiversidade e áreas protegidas. As trocas inter-regionais multiplicam-se em todas as áreas, tendo sido levantados os obstáculos para garantir a ligação portuária regional e local, num espírito de intermodalidade com trocas de terras.

O aumento das atividades marítimas é global e leva à atracação de navios maiores: mais de 190 m. A plataforma offshore polivalente (POMU), inserida no projeto estratégico do Grand Port Maritime de Guyane (GPMG), constitui um nó modal internacional; encontra-se em estudo a sua implementação, respeitando os condicionalismos ambientais, económicos e sociais. Instalado no mar, o GPMG acabará por ter um calado maior. Isso envolve a manutenção de linhas diretas e a criação de linhas de cabotagem, além do atendimento às diversas bacias da Guiana Francesa. Para melhorar a produtividade e o trânsito de mercadorias, os pórticos, que processam os contêineres com mais rapidez, terão que substituir os guindastes. Em suma, o futuro do porto depende da modernização da infraestrutura e da capacidade de se projetar em horizontes distantes para o POMU.

Sobre a navegação de recreio, o futuro rima com a recuperação da costa. Em 2030, os equipamentos de desembarque/embarque estarão livres de qualquer presença ilícita graças ao reforço dos controles, e permitirão o acesso marítimo aos locais turísticos. Estão previstas novas infraestruturas dedicadas à atividade náutica de recreio. O patrimônio presente é valorizado, graças a ferramentas como a "loteria patrimonial".

Ao nível da gestão do risco costeiro e da segurança marítima, a comunicação amplamente implantada permitirá em 2030 a apropriação dos fenômenos naturais e dos procedimentos de intervenção por todos os cidadãos e utilizadores do mar. Os atores do território adaptaram-se aos fenômenos de erosão e a população está, pelo menos em parte, deslocalizada. Os recursos em agregados marinhos e as potencialidades em energias marinhas renováveis estão bem identificados, e são conhecidos os métodos da sua exploração, no respeito do ambiente. Os projetos estão entrando na fase operacional.

Parte 2 : Objetivos estratégicos e planejamento dos espaços marítimos

I. Objetivos estratégicos ambientais e socioeconômicos

Os objetivos estratégicos devem permitir avançar na visão do futuro desejado para a bacia acima definida. Eles são definidos em 6 anos, na escala de tempo do DSBM.

Estes objetivos incluem tanto objetivos ambientais, relacionados com a preservação dos habitats marinhos e das espécies marinhas como a redução das pressões, objetivos socioeconômicos, que visam dinamizar a economia marítima, como objetivos transversais, ligados à governança e cooperação.

Eles tratam dos quatro primeiros temas da estratégia nacional mencionados pelo código ambiental:

- « a proteção de ambientes, recursos, equilíbrios biológicos e ecológicos, bem como a preservação de sítios, paisagens e patrimônio »;
- « prevenção de riscos e gestão costeira »;
- « conhecimento, investigação e inovação, bem como [de] educação e formação em profissões marítimas»
- « o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas, marítimas e costeiras e a valorização dos recursos naturais minerais, biológicos e energéticos ».

A contenção da pesca ilegal estrangeira é um fator chave para atingir esses objetivos, tanto ambientais quanto econômicos.

Os objetivos organizam-se assim em torno de 6 eixos a liderar:



Eixo I Restringir a pesca ilegal estrangeira	Prioridade 1	I.1. Fortalecer a eficácia dos controles de pesca ilegal
	Prioridade 1	I.2. Melhorar os recursos pós-desvio
Eixo II A proteção de ambientes, recursos, equilíbrios biológicos e ecológicos, bem como a preservação de sítios, paisagens e patrimônio	Prioridade 2	II.1. Preservar a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas marinhos e costeiros
	Prioridade 2	II.2. Preservar os recursos haliêuticos, para permitir o desenvolvimento sustentável das pescas, respeitando os equilíbrios biológicos
	Prioridade 3	II.3 Reduzir as pressões exercidas sobre o meio ambiente pelas atividades e desenvolvimentos humanos
	Prioridade 3	II.4 Reduzir os aportes e a presença de resíduos nas águas marinhas
		II.5 Preservar e valorizar sítios, paisagens e patrimônio
Eixo III Prevenção de riscos e gestão costeira	Prioridade 2	III.1. Implementar uma gestão integrada do litoral e da interface terra-mar no que diz respeito aos perigos costeiros
		III.2 Fortalecer a segurança marítima
	Prioridade 3	III.3 Melhorar a qualidade da água balnear
		III.4 Preparar-se para os riscos da poluição marítima
Eixo IV Conhecimento, investigação e inovação, bem como educação e formação em profissões marítimas	Prioridade 2	IV.1. Fortalecer os meios para aquisição e compartilhamento do conhecimento
	Prioridade 2	IV.2. Desenvolver a atratividade e qualificação de postos de trabalho na economia azul
Eixo V O desenvolvimento sustentável das atividades econômicas, marítimas e costeiras e a valorização dos recursos naturais minerais, biológicos e energéticos	Prioridade 2	V.1. Apoiar a pesca marítima profissional sustentável e competitiva
		V.2 Compreender e gerir melhor as práticas de pesca não profissional
	Prioridade 3	V.3 Configurar e gerir equipamentos portuários que respondam às necessidades dos profissionais da pesca
	Prioridade 2	V.4. Reforçar o tecido económico em torno das atividades pesqueiras, náuticas recreativas e portuárias
	Prioridade 3	V.5 Assegurar o desenvolvimento sustentável e competitivo dos portos comerciais
		V.6 Desenvolver e gerir o litoral para apoiar o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer de forma harmoniosa e segura
	Prioridade 3	V.7 Aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades e condições de utilização dos recursos marinhos não vivos para antecipar o seu desenvolvimento
Eixo VI Governança e cooperação	Prioridade 3	VI.1 Otimizar ações e agilizar as relações entre os atores do mundo marítimo
	Prioridade 2	VI.2. Fortalecer a cooperação marítima com os estados vizinhos

Todos os objetivos são detalhados no projeto DSBM, juntamente com as ações que permitem a sua concretização que são identificadas; outras ações poderão ser definidas posteriormente (atualização anual do plano de ação). Detalhes das fichas de ação estão disponíveis no apêndice 3.

II. Mapa de vocações

1. OBJETO DO MAPA DE VOCAÇÕES

Parte dos objetivos estratégicos previamente definidos podem ser distribuídos geograficamente na fachada, ou mesmo associados a territórios identificados. A elaboração do mapa vocacional permite uma perspectiva sobre a distribuição de todos os objetivos estratégicos entre os territórios e promove a definição de prioridades estratégicas (vocacionais) para os setores identificados.

2. MÉTODO

O método consistia em :

- Identificar os objetivos com dimensão espacial, em particular aqueles cuja localização ainda não foi definida,
- Produzir mapas de questões socioeconômicas e ecológicas, ambos com base no existente,
- Avaliar os impactos entre objetivos estratégicos, possíveis conflitos de uso ou impacto no meio ambiente, para localizar áreas sob estresse,
- Para os locais a serem definidos, identificar as opções possíveis com suas vantagens e desvantagens,
- Estabelecer o mapa vocacional final, em consulta com os atores locais.

Este trabalho intermediário é apresentado no documento completo.

3. DESCRIÇÃO DAS VOCAÇÕES POR ÁREA

1- Zona costeira do Oeste e estuário do Maroni

É uma bacia de desenvolvimento humano baseada em infraestruturas portuárias e industriais adaptadas, na proteção e valorização de um conjunto de ecossistemas notáveis, em especial através da pesca costeira e da pesca tradicional de subsistência, turismo e lazer.

Esta zona fronteiriça deve ser alvo de particular atenção dada a presença permanente de pescadores ilegais estrangeiros nas águas da Guiana Francesa, que têm um impacto considerável nos recursos pesqueiros e nas espécies marinhas protegidas. A luta à pesca ilegal é decisivo para uma gestão rigorosa dos recursos haliêuticos.

É necessária uma adaptação do desenvolvimento costeiro à evolução do litoral. A mineração de areia é possível, na área potencial identificada fora da costa, evitando impactos na atividade pesqueira e no ambiente marinho, em particular as tartarugas marinhas.

2- Zona Costeira Centro-Oeste

A proteção dos ecossistemas litorais e costeiros e a gestão sustentável da pesca costeira são aqui consideradas prioritárias. Deve ser estudado o interesse de um estatuto de área marinha protegida adaptado à prossecução destes dois objetivos e baseado na governação local. Pode-se prever uma zona de proteção nas partes com funções ecológicas específicas, nomeadamente para os recursos haliêuticos: ligações marinhas com sapais costeiros, planícies. A luta contra a pesca ilegal é aqui decisiva.

3- Kourou e Ilhas du Salut

Esta área representa um centro econômico e urbano cuja vocação é desenvolver as suas infraestruturas (portuárias, industriais, de pesca, náuticas), reduzir o seu impacto no ambiente e melhorar a resiliência do território face à dinâmica do litoral.

4- Zona Costeira Centro-Leste

A zona litoral centro-leste concentra interesses econômicos e urbanos. Pretende desenvolver as suas infraestruturas (porto, indústria, pesca, nautismo), reduzir o seu impacto no ambiente e melhorar a resiliência da costa.

5- Zona costeira Leste e estuário do Oiapoque

É um sítio natural de importância internacional. As questões centram-se na proteção da natureza, pesca costeira e de subsistência e turismo de natureza. A luta contra a pesca ilegal é aqui decisiva. Uma área de proteção baseada na governança local pode ser considerada.

Esta zona fronteiriça deve ser alvo de particular atenção dada a presença permanente de pescadores ilegais estrangeiros nas águas da Guiana Francesa, que têm um impacto considerável nos recursos pesqueiros e nas espécies marinhas protegidas.

6- Plataforma continental próxima

Atividades sustentáveis de pesca offshore e de camarão podem ser desenvolvidas aqui. A definição de zonas de conservação haliêutica deve ser estudada de forma a perenizar o recurso.

7- Zona propícia ao desenvolvimento de instalações industriais(POMU, EMR)

Está a ser definido um espaço para a instalação de uma plataforma offshore polivalente (POMU) e ensaios de produção de energias marinhas renováveis dentro da zona 6 de pesca offshore sustentável e camarão. Restrições de fundo e distância da costa para o POMU, e as características meteo-oceânicas (vento, corrente, etc.) para os EMRs, localizam esse espaço principalmente na subzona 7 pré-identificada no mapa. São necessários estudos que clarifiquem esta localização, e evitem ou reduzam os impactos no ambiente e nas atividades marinhas (pesca, área de exercícios militares).

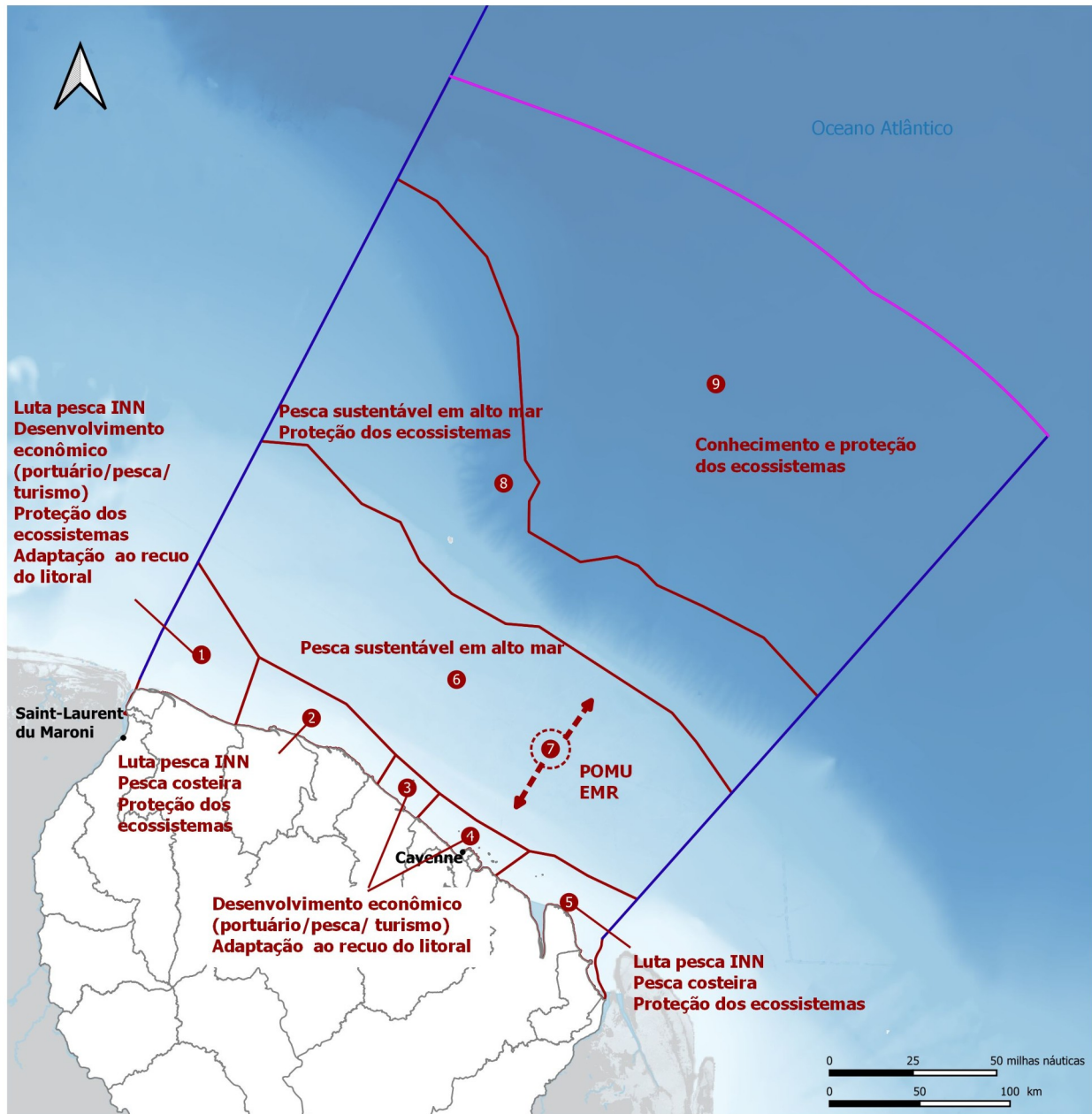
8- Borda e queda da plataforma continental

Esta zona tem vocação de proteção e pesca marítima fundamentada. A classificação como área marinha protegida deve ser estudada para reforçar esses dois objetivos por meio de governança e meios adequados. A localização da zona de proteção deve ser especificada, tendo em conta os desafios do desenvolvimento da pesca de alto mar; questões ambientais (produtividade, arrecifes amazônicos, mamíferos marinhos, etc.) devem levar à classificação de parte significativa da área sob forte proteção.

9- Planície abissal

O desenvolvimento do conhecimento e a proteção ambiental são prioridades nesta última área.

Mapa vocacional da bacia marítima da Guiana Francesa



- 1 Zona costeira Oeste e estuário do Maroni
- 2 Zona costeira do Centro-Oeste
- 3 Kourou e Ilhas do Salut
- 4 Zona costeira do Centro-Leste
- 5 Zona costeira Leste e estuário do Oiapoque
- 6 Planície continental próxima
- 7 Zona propícia para o desenvolvimento de instalações industriais (POMU, EMR)
- 8 Borda e queda da plataforma continental
- 9 Planície abissal

- Zona econômica exclusiva (ZEE)
- Limites com acordo
- Municípios
- Zonas de vocação

Realização DGTM/DMLF, 2023
 Origem : SHOM, © IGN - BD TOPO©2019, BD Cathage©2015, GEBCO Compilation Group (2020)
 GEBCO 2020 Grid

III. Dispositivo de monitoramento

De acordo com as recomendações da CNML, o monitoramento dos objetivos acima apresentados é feito por meio de indicadores pré-estabelecidos.

Os indicadores são regularmente informados pelo secretariado da CMU através de uma ficha de acompanhamento que permite reportar às autoridades regionais e nacionais. Estes indicadores poderão ser revistos três anos após a entrada em vigor do documento de estratégia, de forma a adaptarem-se ao contexto.

Os indicadores dos objetivos identificados como prioritários serão objeto de acompanhamento anual reforçado, identificando os pontos de bloqueio.

Parte 3 : Implementação operacional

I. Considerações gerais

Para fortalecer a implementação operacional do DSBM, foi definido um plano de ação.

O líder da ação é responsável pelo resultado da ação, garantindo a coordenação dos demais atores e das alavancas a serem implementadas (alavancas regulatórias, alavancas financeiras, governança, etc.). Para a implementação da medida, poderá contar com outros atores que desempenharão o papel de entidade adjudicante.

As ações são definidas para serem implementadas essencialmente ao longo da vigência do DSBM. Além disso, consideramos os seguintes períodos de tempo:

- curto prazo : 3 anos (1/2 período do DSBM),
- médio prazo : 6 anos (período do DSBM),
- longo prazo : além do DSBM.
-

Esses prazos permitem definir as ações a serem realizadas prioritariamente.

II. Modalidades de avaliação e atualização

Além dos indicadores que permitem avaliar o alcance dos objetivos do DSBM, será realizada uma revisão regular do andamento do plano de ação. Ele será apresentado anualmente na CMU.

Atrasos e dificuldades serão notados. Nessa ocasião, as ações poderão ser atualizadas, para esclarecê-las ou redirecioná-las, caso sua implementação fuja dos objetivos iniciais ou requeira indisponibilidade de recursos. Ações adicionais podem ser definidas.

III. Plano de ação

O plano de ação DSBM é a implementação operacional dos objetivos estratégicos. Inclui 89 ações, identificadas com vista à consecução dos objetivos estabelecidos no DSBM.

Cada ação é apresentada na forma de uma folha, incluindo:

- a descrição da ação,
- os objetivos aos quais essa ação responde,
- os atores envolvidos na implementação da ação,
- a localização espacial,
- os prazos de execução e a duração da ação,
- o custo aproximado da ação e os fundos mobilizados ou que podem ser mobilizados para sua realização,
- o impacto ambiental desta ação e as medidas da sequência “Evitar, Reduzir, Compensar” (ERC) a implementar se necessário.

Detalhes das fichas de ação estão disponíveis no apêndice 3.

Ações identificadas:

Nº	Título da ação
1	Otimizar o uso de recursos, fortalecendo a coordenação de recursos e direcionamento
2	Fortalecer as capacidades pós-desvio
3	Realizar estudos de aquisição de conhecimento sobre os ambientes e espécies
3a	Melhor conhecimento dos mamíferos marinhos offshore
3b	Estudo de raias e tubarões
3c	Estudo de estuários
4	Finalizar a definição regulatória de zonas úmidas
5	Organizar uma consulta sobre a definição de novas áreas protegidas
6	Contribuir para a implementação dos PNAs
7	Supervisionar as atividades dos guias de pesca lúdica e recreativa
8	Agir de forma coletiva contra redes fantasmas
9	Realizar estudos para melhorar o conhecimento das espécies comerciais e monitoramento dos recursos pesqueiros
10	Restabelecer o monitoramento dos desembarques no oeste
11	Melhorar o preenchimento de fichas e registros de pesca
12	Avaliar o impacto da pesca ilegal estrangeira nos estoques de peixes
13	Montar um observatório pesqueiro na Guiana Francesa
14	Ter em conta e implementar as ações que vierem a ser definidas pela consulta relativa à garoupa-gigante(projeto LIFE BIODIV'OM)
15	Identificar e cartografiar áreas de funcionalidade de pesca para proteger áreas de risco
16	Adotar medidas para melhorar a avaliação e gestão do estoque de Luciano-do-Golfo
17	Implementar medidas de redução de capturas acessórias
18	Mobilizar recursos financeiros e estruturas de gestão para dotar os sítios protegidos dos meios necessários à sua gestão
19	Implementar medidas de evitar-reduzir-compensar (ERC)
20	Incluir objetivos de artificialização líquida zero (ZAN) em documentos de planejamento local
21	Melhorar as práticas de carenagem
22	Incentivar a redução de resíduos de origem terrestre e continuar as ações de conscientização nas áreas litorâneas
23	Equipar as redes de águas pluviais com dispositivos de interseção de resíduos
24	Criar um setor para recuperar as redes das apreensões de controles de pesca ilegal
25	Estruturar o setor de coleta, tratamento e recuperação de equipamentos de pesca usados, resíduos e óleos oriundos de navios
26	Seguir as ações previstas nos documentos de planejamento de resíduos (SDAGE, PRPGD, PGRI) relativos ao meio marinho
27	Desenvolver e valorizar o caminho/a trilha do litoral
28	Realizar habilitações locais para acolher atividades de lazer náuticos e turísticas que respeitem os espaços naturais e patrimoniais
28a	Habilitação da Îlet la Mère
28b	Habilitação e redução de incômodos nas ilhas du Salut
28c	Valorizar o sítio da Montagne d'Argent
29	Realizar habilitações nas praias de Kourou e da ilha de Caiena
29a	Realizar habilitações na praia Cocoteraie
29b	Realizar habilitações nas praias de Rémire-Montjoly

Nº	Título da ação
30	Perenizar o Observatório de Dinâmica Costeira
30a	Produzir dados
30b	Divulgar os dados
31	Elaborar e implementar estratégias de gestão do litoral
31a	Implementar a estratégia de gestão do litoral de Kourou definida em 2019
31b	Elaborar uma estratégia de gestão do litoral em Awala-Yalimapo com base nas recomendações do BRGM
31c	Elaborar uma estratégia de gestão do litoral e Rémire-Montjoly
32	Acompanhar as soluções de gestão implementadas para lidar com a dinâmica costeira
33	Construir uma rampa de lançamento para a intervenção na Ilha de Caiena
34	Instalar uma estação SNSM na Ilha Cayenne
35	Implementar planos de gestão de praias para organizar os usos do litoral
36	Fazer uma campanha de informação
37	Realizar perícias em segurança da navegação
38	Implementar o Programa Nacional de Hidrografia
39	Reforçar a informação ao cidadão para melhorar a qualidade das águas balneares
40	Implementar as ações do SDAGE/águas balneares
41	Planear métodos de intervenção na fauna marinha
42	Estudar a resposta do ambiente microbiano e bacteriano à dispersão de óleo
43	Otimizar os recursos de análise local
44	Instrumentalizar o estuário do Maroni
45	Prosseguir o desenvolvimento da plataforma OBSenMER GUYANE
46	Realize ações de comunicação
47	Criar uma instituição de formação profissional marítima
48	Desenvolver ofertas de formação inicial e contínua, tanto de curta como de longa duração
49	Acompanhar a regularização dos pescadores
50	Melhorar as condições de trabalho a bordo dos navios de pesca
51	Desenvolver parcerias entre clubes náuticos e atores de educação e formação
52	Apoiar e promover programas na área marinha educativa
53	Promover a formação em profissões marítimas e a integração profissional
54	Assegurar a renovação da frota pesqueira
55	Assegurar a implementação das medidas econômicas do plano de pesca
56	Experimentação para pesca de linha em alto mar
57	Desenvolver a aquicultura
58	Estruturando uma indústria sustentável de bexigas natatórias
59	Realizar pesquisas de mercado de peixe branco para consolidar e desenvolver circuitos de comercialização
60	Valorizar os produtos da pesca da Guiana Francesa
61	Realizar um estudo sobre a pesca não profissional
62	Realizar o estudo "Garoupa-gigante, Tarpão-do-atlântico e Carpa-vermelha: ecologia e desenvolvimento da pesca esportiva sustentável na Guiana Francesa"
63	Criar uma comissão regional para a pesca desportiva no mar
64	Tirar os pescadores ocidentais do setor informal
65	Realizar uma experiência de revisão do decreto municipal relativo às redes na zona de oscilação das marés

N°	<i>Título da ação</i>
66	Definir limites de salinidade da água
67	Assegurar a implementação das medidas do plano de pescas relativas às infra-estruturas
68	Apoiar iniciativas locais para o desenvolvimento de estaleiros
69	Desenvolver a transformação de produtos da pesca
70	Promover e apoiar a profissão de fabricante de canoas
71	Dedicar terreno para o desenvolvimento do setor de resíduos das atividades marítimas
72	Configure um porto seguro em terra
73	Desenvolver a linha marítima de Saint-Laurent du Maroni
74	Desenvolver um porto seco na ponte do Oiapoque
75	Dar continuidade aos estudos sobre o projeto de POMU
76	Adaptar infraestruturas e equipamentos portuários numa lógica de transição energética e digital
77	Desenvolver as infraestruturas do porto do Oeste
78	Considerar realocar o Porto do Oeste
79	Desenvolver a recepção de passageiros de cruzeiros no território
80	Desenvolver clubes náuticos
80a	Desenvolver um polo náutico em Kourou
80b	Criar um clube à vela em Caiena
80c	Fortalecer os clubes existentes
81	Desenvolver infraestruturas para a recepção de navegação recreativa
81a	Desenvolver o porto de navegação recreativa de Saint-Laurent du Maroni
81b	Consolidar a oferta náutica em Kourou
81c	Crie um local de lazer no Mahury
82	Criar e desenvolver áreas para banho no Oeste
83	Fazer a manutenção dos canais do litoral
84	Estudar a oportunidade para o desenvolvimento de energias marinhas renováveis (MRE) na Guiana Francesa
85	Fazer o inventário dos recursos materiais marinhos da plataforma continental da Guiana Francesa
86	Implementar uma estrutura de coordenação e intercâmbio entre todos os atores
87	Desenvolver a cooperação com os estados vizinhos em questões econômicas
88	Desenvolver a cooperação com os estados vizinhos em questões ambientais
89	Envolver o Suriname em intercâmbios sobre o desenvolvimento do Porto do Oeste

Lista de abreviaturas, iniciais e siglas

ADEME	Agence de l'environnement et de la maîtrise de l'énergie = Agência de Gestão Ambiental e Energética
AEM	Action de l'Etat en Mer = Ação do Estado no Mar
ARS	Agence régionale de santé = Agência Nacional de Saúde
CEREMA	Centre d'études et d'expertise sur les risques, l'environnement, la mobilité et l'aménagement = Centro de Estudos e Expertise em Riscos, Meio ambiente, Mobilidade e Planejamento
CMU	Conseil maritime de bassin ultramarin= Conselho Marítimo da Bacia Ultramarina
CNML	Conseil national de la mer et des littoraux = Conselho Nacional do Mar e dos Litorais
CROSS	Centre régional opérationnel de surveillance et de sauvetage = Centro operacional regional de vigilância e resgate
CSG	Centre spatial guyanais = Centro Espacial guianense
CSN	Centre de sécurité des navires = Centro de Segurança do Navio
DdC	Degrad des Cannes = Porto de Rémire-Montjoly
DDG AEM	Délégué du gouvernement pour l'action de l'État en mer = Delegado do Governo para a Ação do Estado no Mar
DGTM	Direction générale des territoires et de la mer = Direção-Geral dos Territórios e do Mar
DSBM	Document stratégique de bassin maritime= Documento estratégico da bacia marítima
DSF	Document stratégique de façade = Documento estratégico frontal
EMR	Énergie marine renouvelable = Energia Renovável Marinha
ERC	Eviter, Réduire, Compenser = Evitar, Reduzir, Compensar
GPMG	Grand port maritime de Guyane = Grande/Principal Porto Marítimo da Guiana Francesa
OdyC	Observatoire de la dynamique côtière = Observatório de Dinâmica Costeira
ORSEC	Organisation de la réponse de sécurité civile = Organização da resposta de segurança civil
PMI	Politique maritime intégrée = Política marítima integrada
POMU	Plateforme offshore multi-usages = Platafoma offshore multiúso
PPR	Plan de prévention des risques = Plano de prevenção de riscos
PPRL	Plan de prévention des risques littoraux = Plano de prevenção de riscos litorâneos
RAMSAR	Convention relative aux zones humides d'importance internationale = Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional
RUP	Région ultra périphérique = Região Ultraperiférica
SARA	Société Anonyme de Raffinerie des Antilles = Sociedade Anônima de Refinaria das Antilhas
SGMer	Secrétariat général de la mer = Secretaria geral do mar
SHOM	Service hydrographique et océanographique de la Marine = Serviço Hidrográfico e Oceanográfico da Marinha
SNML	Stratégie nationale pour la mer et le littoral = Estratégia Nacional para o Mar e o Litoral



**PRÉFET
DE LA RÉGION
GUYANE**

*Liberté
Égalité
Fraternité*

Direção-Geral dos Territórios e do Mar
/ Direção do mar, litoral e rios
2022

Foto da capa: Ilha Saint-Joseph, 2022 © DGTM, N. PAGES